

Sem crédito extra, Bolsonaro diz que suspenderá benefícios dia 25

Daniel Carvalho e Thais Arbex

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro foi às redes sociais neste sábado (8) fazer um apelo para que deputados e senadores aproveiem na terça (11) crédito extra de R\$ 248 bilhões.

O PLN (projeto de lei do Congresso Nacional) de número 4 deveria ter sido votado na semana passada, mas ainda não foi aprovado nem mesmo na CMO (Comissão Mista de Orçamento).

Na quarta passada (4), o governo tentou aprová-lo, mas a oposição bloqueou a votação.

"Sem aprovação do PLN 4 pelo Congresso teremos que suspender o pagamento de benefícios a idosos e pessoas com deficiência já no próximo dia 25. Nos meses seguintes faltarão recursos para aposentadorias, Bolsa Família, Pronaf, Plano Safra...", escreveu Bolsonaro.

Ao deixar o Palácio do Alvorada, nesta noite, o presidente

desceu do carro para cumprimentar turistas e falou sobre o assunto.

"Tem que ser aprovado, né? Não é por mim, mas pelos que necessitam dele", disse.

Por causa da crise nas contas públicas, o governo pediu ao Congresso, no início do ano, um crédito extraordinário de R\$ 248 bilhões. Esses recursos serão obtidos com emissão de títulos do Tesouro.

A chamada regra de ouro impede o governo federal de se endividar para pagar despesas correntes, como Previdência e benefícios assistenciais sem aval do Congresso.

Sem o crédito suplementar, o governo fica sem dinheiro já em junho para pagar projetos que dependem do valor extra, como o Plano Safra. A partir de 20 de junho, faltará dinheiro, segundo o Ministério da Cidadania, para pagar aos 2 milhões de idosos pobres do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Deficientes pobres, que somam outros 2,5 milhões de beneficiados, seriam afetados a partir de julho.

O projeto foi enviado ao Congresso em março. A desarticulação política do governo, porém, dificulta a solução do problema.

"Acredito na costumeira responsabilidade e patriotismo dos deputados e senadores na aprovação urgente da matéria", acrescentou Bolsonaro.

A aprovação do crédito extra não é a única questão na área econômica que preocupa o governo.

Até quarta (12), o relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), deve apresentar seu parecer com alterações na proposta do governo, mas uma reunião com governadores prevista para terça (11) pode atrasar a entrega do relatório. Durante todo este sábado (8), ele ficou reunido no Ministério da Economia com técnicos da pasta e consultores legislativos para tentar resolver impasses no texto. No fim da tarde, o secretário de Previdência, Rogério Marinho, chegou à reunião.